

**ACTA N.º 12/2006 DA REUNIÃO EXTRA-
ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE
MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS.**

----- Aos vinte e três dias do mês de Março do ano de dois mil e seis nesta cidade de Amarante, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os excelentíssimos senhores:- Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Avelino Ferreira Torres, Eng.º. Luís Manuel Morais Leite Ramos, Eng.º. Carlos Alberto Teixeira Gonçalves da Silva, Dr.ª Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, Dr. Ricardo Jorge Martins Ribeiro e Dr. Amadeu Fernando da Costa Monteiro de Magalhães, respectivamente, Presidente e Vereadores, a fim de reunir extraordinariamente, por convocação efectuada, nos termos legais e para tratar de assunto expressamente relacionado com o encerramento de algumas Escolas Básicas do Concelho por determinação do Ministério da Educação a partir do próximo ano lectivo.-----

----- Secretariou o Sr. Chefe da Divisão de Administração Geral, Dr. Sérgio Martins Vieira da Cunha.-----

----- Quando eram dez horas, o Exm.º. Sr. Presidente deu início aos trabalhos, apresentando cumprimentos a todos os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia presentes, saudando ainda os representantes do Conselho Executivo dos Agrupamentos das Escolas de Travanca, da Sede do Concelho e de Vila Caiz. Disse que esta reunião era uma excepção à regra, devido à natureza da mesma e que, não fazia sentido se o público não pudesse intervir.-----

----- O Sr. Presidente começou por explicar quais os motivos que o levam a concordar com a decisão do Ministério da Educação, dizendo, que é necessário superar as taxas de abandono e insucesso escolares, criando e investindo em escolas com melhores condições para o acolhimento dos alunos.- Citou mesmo o caso da Freguesia de Fregim, com a transferência dos alunos da escola do Contado para a escola da Torreira, sendo esta maior e com melhores condições, medida que foi aplaudida, quer pelos professores, quer pelos Pais e Encarregados de Educação e o caso do encerramento de uma escola de Santa Cristina, por iniciativa dos pais.-----

----- O Sr. Presidente deu a palavra aos Senhores representantes da DREN presentes na Reunião, nomeadamente, os Srs. Professores José Rolando Rocha e Paula Marrane, tendo o primeiro dito que ainda não há decisões definitivas por parte do Ministério e que a decisão final só será tomada após conversações com os responsáveis das Autarquias. Disse ainda, que é necessário encontrar as melhores soluções, pois os princípios do Ministério da Educação são de ordem pedagógica, nomeadamente, melhor qualidade de ensino aos alunos, níveis de ensino, escolas com melhores condições para os alunos e professores.-----

----- O Sr. Vereador do Movimento Amar Amarante Avelino Ferreira Torres disse congratular-se com esta Reunião e que regista o facto de o Representante da DREN ter dito que nada estaria decidido. Disse ainda que todos os Presidentes de Câmara contestam o encerramento das escolas, mesmo aqueles que pertencem ao Partido do Governo e que o Sr. Presidente da Câmara dava tudo como facto consumado. -----

----- Está de acordo com tudo de bom que se possa dar às crianças. O problema é tirar alunos de uma freguesia para outra, não tendo em conta as suas idades.-----

----- O representante da DREN, Sr. Prof. José Rolando Rocha disse que, quando a E.B.2 do Marão foi criada já era para acolher alunos do 1º. Ciclo do Ensino Básico, daí o Reordenamento da Rede Escolar, já previsto nessa altura.-----

----- O Sr. Vereador do P.S.D. Engº Luís Ramos interveio questionando os representantes da DREN sobre a abertura dos concursos para os professores do Ensino Básico para o próximo ano lectivo, nomeadamente sobre os lugares postos a concurso e os critérios adoptados. Referiu ainda ter a informação de que vão encerrar 8 escolas na zona do Marão, sendo alguns dos alunos transferidos para a EB 2/3 do Marão e outros não. Perguntou depois com que base esta decisão foi tomada, com que critérios e que organismos foram consultados sobre esta matéria.-----

----- O representante da DREN, Sr. Prof. José Rolando Rocha disse que não estava munido de informação para responder sobre a colocação dos professores. Adiantou que os critérios já estão definidos pelo Ministério da Educação e que são os que já havia nomeado na sua primeira intervenção e que passam sobretudo, por uma melhor qualidade do ensino.-----

----- O Sr. Vereador Engº. Luís Ramos disse estar de acordo quanto ao encerramento de escolas com poucos alunos, mas que tem dúvidas sobre a forma como este processo está a ser conduzido pois não basta concentrar para melhorar a

qualidade. É necessário saber quais os custos que as Câmaras vão ter e quais as contrapartidas no âmbito financeiro. Era necessário ter a Carta Educativa aprovada para dar respostas a estas e outras questões. Deveria haver um período de transição, porque não basta ter salas é preciso pensar no resto e que a transferência dos alunos para a Escola do Marão foi feita de forma precipitada.-----

----- O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Vereador que a questão não era o encerramento das escolas, mas sim, que o problema era o da escola de Aboadela. Essa, não estava no critério dos 20 alunos e que já está previsto o seu encerramento. Os critérios estavam claros e definidos. As prioridades poderiam até ser arbitrárias, mas que não era esse o fundo do problema. Disse ainda, não haver comparação entre as condições da Escola de Aboadela com as que oferece a Escola do Marão. Acrescentou que é urgente e necessário respostas políticas e que tem obrigação de contribuir para a redução do abandono e do insucesso escolar no Concelho.-----

----- O Sr. Professor Queirós, Presidente do Conselho Executivo da E.B.2.3 de Vila Caiz pediu a palavra e esclareceu o Sr. Vereador Eng^o. Luís Ramos quanto à colocação dos professores. Quanto a ele, a decisão do Ministério foi exagerada na definição do critério do número de alunos para o encerramento das escolas. e manifestou preocupação sobre o pré-escolar, preconizando a criação de Centros Escolares para essas crianças de idade reduzida.-----

----- Interveio, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Lomba, que sendo também professor, manifesta a sua preocupação no sucesso desta questão sem haver uma Carta Educativa que enquadre a rede escolar no concelho com as realidades existentes nas freguesias.-----

----- O Sr. Presidente disse que a Câmara já havia decidido não concordar com o encerramento das escolas com mais de 10 alunos, que era necessário e urgente tomar decisões sobre coisas concretas e não fazer “discursos redondos”.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aboadela que, batendo-se contra a saída dos alunos da escola da Rua para a E.B.2/3 do Marão, sugeriu que a Escola poderia ser melhorada e que podiam ainda ser utilizados os edifícios municipais onde estão instalados actualmente o pré-primário e a Sede da Junta de Freguesia.-----

----- A esta questão, o Sr. Presidente respondeu que o conjunto dos edifícios do lugar da Rua, propriedade do Município já têm um destino previsto, com projectos e

candidaturas aprovados e que não fazia agora qualquer sentido alterar-se esse destino, o qual é o da criação de um Centro Interpretativo e de Promoção do Marão, com o conhecimento e apoio da Junta de Freguesia.-----

----- O Sr. Vereador do Movimento Amar Amarante tornou a reafirmar que nunca tinha havido uma discussão séria sobre este assunto e que preconiza o encerramento das escolas de uma forma gradual, enquanto não estiver pronta a Carta Educativa.----

----- O Sr. Aristides Miranda de Candemil pediu a palavra dizendo que foram criadas todas as condições para que a escola de Candemil fosse para Aboadela. Se houvesse uma boa ligação entre Gião e Candemil, a escola de Candemil não encerraria.-----

----- O Sr. Presidente respondeu que tinha sido julgado nas últimas eleições de Outubro e que já tinha percebido que a sua presença ali era para que a escola de Candemil não encerrasse.-----

----- Interveio a Sr^a. Professora do Agrupamento de Travanca dizendo que não estava em causa a Carta Educativa, que era necessário actuar urgentemente abandonando de vez posições de provincianismo. Esta questão do encerramento das escolas não era nova, estando já prevista desde 1998, com o encerramento da escola de Carvalho de Rei e outras. Era necessário avançar e criar os Centros Educativos, mencionando, a título de exemplo, o modelo seguido na Finlândia -----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos disse que não se deve esperar pela Carta Educativa e avançar com os Centros Escolares, questionando qual o número desejável de alunos e qual o seu grau de ensino. Foi-lhe respondido que seria o pré-primário e o 1º. Básico.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mancelos que disse reforçar as palavras proferidas pela Sr^a. Professora do Agrupamento de Travanca, acrescentando que as decisões políticas deveriam ser baseadas em pareceres de vários organismos, numa perspectiva a longo prazo, tendo como objectivos a socialização das crianças a solidariedade e a igualdade para todas.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Louredo que para além de defender a criação dos Centros Escolares disse que o que estava em causa era o encerramento de uma escola única na mesma Freguesia e a integração dos alunos do 1º. Ciclo no 2º. e 3º. Ciclos.-----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães disse estar de acordo com tudo, desde que fosse para melhorar, mas que tivessem em conta que a sua Freguesia, pelo facto de se encontrar no extremo, as crianças são as que se levantam mais cedo e as que regressam mais tarde às suas casas. Que era necessário e urgente a melhoria das acessibilidades, defendendo também a criação de Centros Escolares, agrupando as Freguesias limítrofes.-----

-----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo dizendo que, para além de não ter medo que haja meninos de todas as idades a frequentar uma mesma escola, vê com bons olhos o avanço desta medida e que com a ajuda das Autarquias, CAE e Ministério da Educação se possam ultrapassar todos os obstáculos para que esta medida seja implementada o mais urgente possível.-----

----- Interveio a Sr^a. Professora, Presidente do Agrupamento das Escolas de S. Gonçalo manifestando a sua preocupação com o excesso de alunos que se poderá verificar na transição para outras escolas, nomeadamente com crianças com deficiência. Acrescentou ainda, que todas as crianças têm o mesmo direito e que é também sua preocupação saber concretamente onde fazer as actividades extra curriculares.-----

----- O Sr. Vereador do P.S.D. Eng^o. Luís Ramos disse que estaria a discutir esta questão com outra fundamentação se a Carta Educativa estivesse aprovada. Deixou claro, que não estava contra as medidas do Governo, mas alertou para a necessidade de as decisões serem tomadas com equidade nos critérios e transparência absoluta nas decisões.-----

----- Interveio de seguida o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sanche que esclareceu que a Junta não se opõe ao encerramento das escola de Sanche, com o reencaminhamento dos alunos para a E.B 2/3 do Marão.-----

----- A finalizar, o Sr. Presidente disse que, quando foi consultado para todo este processo, já havia escolhas das escolas a encerrar. No entanto, apoia a medida do Governo porque tem a convicção que só assim poder-se-á combater o abandono e o insucesso escolares. Disse ainda que, havendo um consenso alargado sobre o encerramento de algumas escolas já no próximo ano lectivo de 2006/7, não era altura de haver movimentações contra esta reforma, mas sim de haver movimentações dos pais dos alunos no sentido de exigirem o rápido encerramento das que ainda vão continuar a funcionar sem as devidas condições.-----

----- Terminadas as intervenções e porque não foi apresentada nenhuma proposta concreta para além do que a Câmara já havia decidido sobre o assunto na reunião ordinária de 2006.02.13 e que se mantém, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos da qual para constar se lavrou a presente acta, que eu, Secretário a subscrevo
e assino.-----